



III - a sociedade não poderá realizar no Brasil as atividades constantes de seu Contrato/Estatuto social que são vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as atividades que dependam de aprovação prévia dos órgãos governamentais, caso sejam autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do governo brasileiro qualquer alteração no Contrato social da sociedade, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a sociedade obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - o descumprimento de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, poderá ser sancionada, considerando a gravidade da falta, com a penalidade de cassação da autorização de funcionamento.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CONSTANTINO DE BASTOS JÚNIOR

PORTARIA Nº 18, DE 29 DE JULHO DE 2014

Dispõe acerca da autorização de instalação de filial de sociedade estrangeira no território nacional.

O SECRETÁRIO DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 46, de 13 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 156, de 14 de agosto de 2013, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 e seguintes do Código Civil, e o que consta nos autos do Processo MDIC nº 52700.007593/2013-74, resolve:

Art. 1ª Autorizar o funcionamento no território nacional por intermédio de filial a sociedade estrangeira PARTH INVESTMENTS COMPANY, L.L.C., com sede em Two International Place, Boston, MA 02110, Estados Unidos da América, representada pelo Senhores José Francisco Gouvêa Vieira e Jeans Pierre Roy Jr., com a denominação social de PARTH INVESTMENTS COMPANY, L.L.C. DO BRASIL, tendo sido destacado o capital de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para o desempenho de suas operações no Brasil, e desenvolverá as atividades de condução de todas as atividades relativas à Ultrapar Participações S/A, de modo a acertar toda e qualquer comunicação e relação com a mesma, conforme deliberações constantes na Ata da Assembleia Ordinária, de 7 de janeiro de 2014.

Art. 2ª Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a empresa PARTH INVESTMENTS COMPANY, L.L.C., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação/intimação/notificação em nome da sociedade;

II - todos os atos que forem praticados no Brasil ficarão sujeitos às normas brasileiras e a jurisdição dos tribunais nacionais, sem que, em qualquer tempo, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seu Contrato social;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil as atividades constantes de seu Contrato/Estatuto social que são vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as atividades que dependam de aprovação prévia dos órgãos governamentais, caso sejam autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do governo brasileiro qualquer alteração no Contrato social da sociedade, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a sociedade obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - o descumprimento de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, poderá ser sancionada, considerando a gravidade da falta, com a penalidade de cassação da autorização de funcionamento.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CONSTANTINO DE BASTOS JÚNIOR

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 758, DE 29 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, alterado pela Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e o que consta do Processo nº 21000.005168/2014-95, resolve:

Art. 1º Publicar os preços mínimos para os cereais de inverno e sementes válidos para a safra 2014/15, relacionados no Anexo I desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional por meio do Voto 27/2014 - CMN, de 26 de março de 2014 e, retificado pelo Voto56/2014 - CMN, de 20 de junho de 2014.

Art. 2º Os preços mínimos de que trata o art. 1º desta Portaria são estabelecidos em favor dos produtores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

Anexo I

1. Preços Mínimos – Trigo em grãos da safra de inverno 2014/2015

Regiões/ Estados	Tipo	PH	Preços Mínimos - R\$/60 kg.															Vigência
			Outros Usos			Básico			Doméstico			Pão			Melhorador			
			2013/14	2014/15	Var.	2013/14	2014/15	Var.	2013/14	2014/15	Var.	2013/14	2014/15	Var.	2013/14	2014/15	Var.	
Sul	1	78				21,24	21,24	0,00%	26,52	26,52	0,00%	31,86	33,45	5,00%	33,36	35,03	5,00%	Jul/2014 a jun/2015
	2	75	12,85	12,85	0,00%	19,12	19,12	0,00%	23,87	23,87	0,00%	28,67	28,67	0,00%	30,02	30,02	0,00%	
	3	72				16,82	16,82	0,00%	20,35	20,35	0,00%	24,48	24,48	0,00%	24,93	24,93	0,00%	
Centro-Oeste Sudeste e Bahia	1	78				23,40	23,40	0,00%	29,16	29,16	0,00%	35,05	36,80	5,00%	37,08	38,93	5,00%	Jun/2014 a maio/2015
	2	75	12,85	12,85	0,00%	21,06	21,06	0,00%	26,24	26,24	0,00%	31,54	31,54	0,00%	33,37	33,37	0,00%	
	3	72				18,53	18,53	0,00%	22,32	22,32	0,00%	26,90	26,90	0,00%	27,47	27,47	0,00%	

(1) Preço Mínimo Básico Pão, tipo 1

2. Preços Mínimos – Grãos da safra de inverno 2014/2015

Produtos	Regiões amparadas	Unidade	Tipo	Preços Mínimos (R\$/unidade)			Vigência
				2013/2014	2014/2015	Variação	
Aveia	Sul	60kg	1	16,02	21,58	34,71%	Jul/2014 a jun/2015
Canola	Sul, Sudeste e Centro-Oeste		Único	31,86	35,76	12,24%	
Cevada	Sul, Sudeste e Centro-Oeste			22,68	23,52	3,70%	
Girassol	Sul e Centro-Oeste			30,60	33,23	8,59%	
Triticale	Sul, Sudeste e Centro-Oeste			18,12	21,88	20,75%	

3. Preços Mínimos – Sementes <sup>(1)</sup> da safra de inverno 2014/2015

Produtos	Regiões amparadas	Unidade	Tipo	Preços Mínimos (R\$/unidade)			Vigência
				2013/2014	2014/2015	Variação	
Aveia	Sul	kg	Único	0,45	0,61	35,56%	Jul/2014 a jun/2015
Cevada	Sul, Sudeste e Centro-oeste			0,61	0,63	3,70%	
Girassol	Sul e Centro-Oeste			0,70	0,76	8,59%	
Trigo	Sul, Sudeste e Centro-Oeste			1,27	1,33	5,00%	
Triticale	Sul, Sudeste e Centro-Oeste			0,52	0,63	20,75%	

(1) Genética, básica e certificada S1 e S2, de acordo com o artigo 35 do Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.